

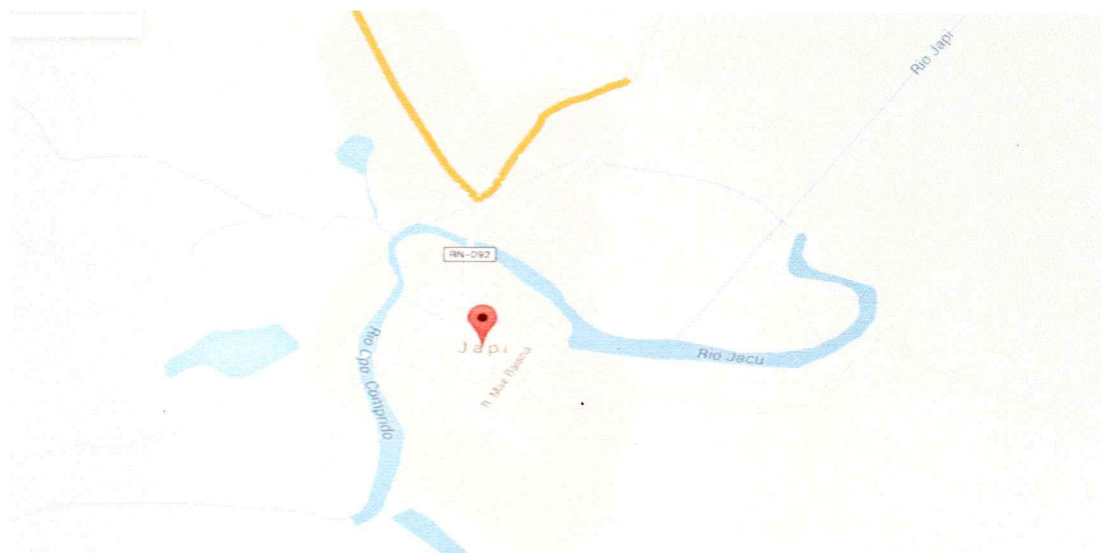


**Plano**

**Municipal de Educação**

**Japi – RN**

# 2015/2025



**ROBSON VANDERELEY DE MEDEIROS**  
*Prefeito Municipal*

**SÂNZIA MARIA PONTES DE MEDEIROS**  
*Vice-Prefeita*

**RITA DE CÁSSIA SILVA DE MEDEIROS**  
*Secretária Municipal de Educação e Cultura*

**ROZA MARIA DE CARVALHO**  
*Coordenadora para Elaboração do PME*

**Comissão de elaboração do PME instituídos pela Portaria 024/2014 – Prefeitura Municipal de Japi/RN:**

Léa Alves Soares Fernandes  
Ernandes Cezar Freire da Silva  
Rita de Cássia Silva de Medeiros  
Roza Maria de Carvalho  
Ávila Kelly de Medeiros Nicolau  
Francisco Andriele da Silva  
José Gilvan dos Santos  
Edna Costa de Sousa  
Francisca Félix da Costa  
Roberto César de Medeiros Pontes  
Francisco Maciel Souza do Nascimento

## **INSTITUIÇÕES PARCEIRAS PARA EXECUÇÃO DO PME**

### **GOVERNO FEDERAL**

MEC/FNDE

Outros órgãos

### **GOVERNO ESTADUAL**

Secretaria de Educação de Cultura e Desporto

Outros órgãos

### **GOVERNO MUNICIPAL**

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

**SOCIEDADE CIVIL**

Conselho Municipal de Educação

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Conselho Tutelar

Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Conselho Municipal do FUNDEB

<b>SUMÁRIO</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>DIAGNÓSTICO</b>	<b>6</b>
<b>EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO</b>	<b>6</b>
<b>ASPECTOS GEOGRÁFICOS E FÍSICOS</b>	<b>9</b>
<b>ASPECTOS GEOLÓGICOS E HIDROGEOLÓGICOS</b>	<b>9</b>
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>9</b>
<b>INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO</b>	<b>9</b>
<b>SISTEMA DEMOGRÁFICO</b>	<b>10</b>
<b>SETORES ECONÔMICOS</b>	<b>10</b>
<b>SERVIÇOS BÁSICOS DA SAÚDE</b>	<b>11</b>
<b>INFRA ESTRUTURA DA SAÚDE</b>	<b>11</b>
<b>ASPECTOS EDUCACIONAIS</b>	<b>13</b>
<b>ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL</b>	<b>14</b>
<b>ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA; EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>15</b>
<b>EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL</b>	<b>19</b>
<b>ENSINO MÉDIO</b>	<b>24</b>



EDUCAÇÃO ESPECIAL	27
EDUCAÇÃO INTEGRAL	30
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	34
GESTÃO DEMOCRÁTICA	37
FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	40
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	41
PROGRAMAS – PROGRAMAS ADERIDOS PELO MUNICÍPIO	43

## APRESENTAÇÃO

"Uma criança, um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo. A educação é a única solução. Educação em primeiro lugar".

Malala Yousfzai - Prêmio Nobel da Paz.

O Plano Municipal de Educação – PME do Município de Japi – RN, foi criado à luz do PNE – Plano Nacional de Educação, fundamentado na Lei Nº 13.005, de 25 de junho 2014, que torna obrigatório a criação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, em todo território brasileiro. Consiste em um documento que define metas educacionais para o município por um período de 10 anos, sem possibilidade de interrupção governamental ao longo do período.

As políticas educacionais contidas no PME atende não somente a educação na rede municipal de ensino, contempla também diretrizes e metas para o ensino médio e para a educação superior no município, assim sendo, se apresenta como um Plano do território japiense, que foi construído em consonância com o PNE, de maneira democrática, participativa e dialógica, objetivando sobretudo a efetivação das políticas públicas, evitando a descontinuidade das ações na área, com vistas as melhorias na qualidade de vida do povo, concebendo a oportunidade do

despontar de uma sociedade que caminha para os avanços e transformações sociais tão necessários em nosso tempo. Se trata de uma passo grandioso e desafiador, frente a história da educação no município, que deve ser considerado pelos atuais e futuros gestores, como prioridade, compreendendo que uma educação de qualidade é feita com a participação e compromisso de todos.

Rita de Cássia Silva de Medeiros  
Secretária Municipal de Educação

## 1. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO

Lei de criação nº 2 399 de 18 de maio de 1958, desmembrado do município de São José de Campestre.

- Micro Região Borborema Potiguar
- Zona Homogênea Agreste
- Clima Semi-árido
- Precipitação pluviométrica Anual média- 584.2 mm
- Período Chuvoso março a maio
- Temperatura - 26.7º
- Longitude 06º 27 54 Sul
- População Censo/2010 - 5.522
- População estimada 2014 (1) - 5.427
- Área da unidade territorial (km<sup>2</sup>) - 189,73
- Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>) - 29,1
- Código do Município - 2405405

- Formação Vegetal

Caatinga hipoceráfila – Vegetação de clima semi-árido, apresentando arbusto e árvores com espinho. Espécies destacadas catingueira, angico, baraúna, juazeiro, mameleiro, e aroeira.

- Solo Predominante

Planosol Solodico – Fertilização alta textura argilosa, relevo suave, imperfeitamente drenada, utilizados como pecuária e em pequenas áreas com algodão, milho e feijão, além do sisal e palmas forrageiras.

Serra, Samanaú dos Milagres, o Boqueirão e do Japi.

Relevo 200 a 800 metros de altitude.

## 1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

O município de Japi/RN, localizado a 132 km da capital do Rio grande do Norte, na Região da Borborema Potiguar (Zona Agreste), com área territorial de 189,73 Km<sup>2</sup>, limita-se com os municípios de Santa Cruz, Tangará, Monte das Gameleiras, São José do Campestre e São Bento do Trairi e com o Estado da Paraíba. O acesso a sede do município é efetuado através das rodovias pavimentadas BR-226 e RN-104.

Nasceu às margens do rio Jacu, por volta de 1716, quando os Capitães Julião Borges de Góis e Manuel Pereira receberam a sesmaria, separada por este rio, a fim de explorá-la. Somente no século XIX, devido à movimentação agrícola e pastoril, e por iniciativa de João Batista Confessor nasceu a povoação que daria origem ao município, consolidada com a construção de uma capela dedicada a São Sebastião. O topônimo Japi vem do nome dado pelos tupis xexéu. De ia-pu, o barulho, o ruído, o que faz rumor.

Em 1784 a comunidade já progredia bastante, destacando-se na agricultura e na pecuária (nos dias atuais, essas ainda são as duas áreas econômicas de maior relevância, com uma relativa participação do setor terciário); nessa data também foi erigida a capela de São Sebastião, o que deu novo impulso ao crescimento populacional do lugar. As principais atividades econômicas do município são: agropecuária, extrativismo e comércio.

Em sua vegetação, predominam a catingueira, o angico, a baraúna, o mameleiro, a aroeira e o juazeiro.

Sua bacia hidrográfica é formada pelos rios Jacu (60%) e Trairi (40%).

É rodeado por serras, cuja altitude encontra-se entre 200m e 800m.

Em 1942 a comunidade contava com uma escola, uma agência fiscal e um grupo de policiamento efetivo, algo consideravelmente avançado para os padrões da época.

Em 21 de dezembro de 1952. Japi tornou-se distrito de São José de Campestre e, em maio de 1958, por força da Lei nº 2.399, desmembrou-se daquele município e tornou-se um novo município potiguar.



Para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso garantir que os alunos aprendam, não repitam o ano inteiro e tenha frequência regular.

Portanto, mais que um indicador estatístico, ele pode ser utilizado como um diagnóstico atualizado da situação educacional e como um parâmetro para a projeção de metas orientadoras das ações voltadas para a melhoria da qualidade de ensino.

Com base na análise do IDEB em nível nacional, o MEC propõe metas intermediárias calculadas pelo INEP, no âmbito do programa de metas fixadas pelo compromisso – Todos pela Educação – eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, que trata da Educação Básica. A meta é que o país supere progressivamente a situação atual:

- Média de 4,2 em 2007 chegue em 2011 à média 6,0.

Para Tanto, cada escola deve realizar todos os esforços para a melhoria dos seus índices, considerando que este será um indicativo seguro e visível para toda a sociedade.

Com relação ao IDEB observado no município, vale salientar que, a construção de uma educação básica de qualidade e que venha atender as necessidades dos alunos, bem como atingir as metas projetadas para os anos posteriores, não se resolve apenas garantindo oferta de vagas, mas proporcionando ensino comprometido com a qualidade, ministrado por professores capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento e de estar atentos às dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar. Isso requer professores alfabetizadores que, em primeiro lugar, compreendam as concepções de linguagem e de alfabetização que assumem a língua enquanto interação, enquanto discurso; um professor que tenha os necessários conhecimentos sobre o sistema de escrita, para orientar com segurança os educandos no processo de aprendizagem desse sistema; um professor alfabetizador que respeite as diferenças e promova uma ação pedagógica de qualidade para todos os alunos, desmistificando padrões preestabelecidos e conceitos tradicionalmente aceitos.

É importante acrescentar que o fato de Japi/RN possuir uma população rural de 25,6% com relação a zona urbana que é de 74,4%, faz com que os projetos voltados à área educacional precisem ser cuidadosamente elaborados no atendimento a ambas, tendo em vista as diferenças que distinguem cada população.

Como maioria dos municípios de nossa região potiguar, Japi não possui uma Legislação Própria de Ensino seguindo a Legislação Estadual. Dessa forma, a Grade Curricular do Ensino Infantil, EJA do Ensino Fundamental é a mesma da Rede Estadual de ensino.

### 1.3 IDEB OBSERVADO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

MUNICÍPIO	2005	2007	2009	2013			
JAPI	2,5	3,0	3,2	3,5			
METAS PROJETADAS							
2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021

2,0	2,5	3,0	3,2	3,5	3,8	4,1	4,5
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

#### 1.4 IDEB OBSERVADO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

MUNICÍPIO	IDEB OBSERVADO				
	2005	2007	2009	2011	2013
JAPI	3,2	3,0	3,5	3,1	3,7

METAS PROJETADAS							
2007	2009	2001	2013	2015	2017	2019	2021
3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, foi instituído pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em 2007, com o objetivo de medir a qualidade da rede de ensino nas escolas brasileira. O Índice é calculado com base nas taxas de rendimento escolar (indicadas pelos índices de aprovação e evasão e médias de IDEBS de escolas e municípios. No que se refere a média dos estados e média Nacional, é utilizado o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica. Desse modo, esse índice tem um só indicador com dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação:

- Fluxo escolar;
- Média de Desempenho nas Avaliações.

#### 1.5 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E FÍSICOS

O município de Japi apresenta os seguintes aspectos geográficos

LIMITES:

Ao Norte limita-se com o município de Santa Cruz.

Ao Sul com o município de Cuité no estado da Paraíba.

Ao Oeste com o município de São Bento do Trairi.

Ao Leste com Monte das Gameleiras e Araruna.

##### 1.5.1 ASPECTOS GEOLÓGICOS E HIDROGEOLÓGICOS

Os aspectos Geológicos do município apresentam-se caracterizados por solo predominante planossol solódico de fertilidade natural alta, textura, argilosa, relevo suave e solo Litólicos Eutróficos de fertilidade natural alta, textura arenosa, fase pedregosa e rochosa, relevo forte ondulado e montanhoso.

A agricultura e de subsistência alicerçada na cultura do feijão e milho.



### 1.5.2 RECURSOS HÍDRICOS

O município de Japi dispõe de alguns açudes públicos, poços tubulares, cisternas e da Adutora Monsenhor Expedito que abastecem a cidade e a zona rural.

Vale ressaltar que entre os Rios e Riachos existentes, destacamos o rio Jacú e os riachos: Paturá, Tubiba, Canoas, Salina, Salgado, Cava, Barra, Picolé e Cachoeira.

## 1.6 INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO

### 1.6.1 - TRANSPORTE:

O município Japi dispõe de uma linha de Transporte Particular, que transporta a população para a Capital do Estado e município circunvizinhos.

### 1.6.2 - ENERGIA:

A energia elétrica do município é fornecida pela COSERN

### 1.6.3 - COMUNICAÇÃO:

O sistema de Comunicação do município, na cidade, dispõe de uma Agência de Correios, internet, rádio e Sistema DDD com alguns orelhões.

### 1.6.4 - HABITAÇÃO:

No setor Habitacional do município existe 2.167 Unidades Habitacionais de acordo com o censo/2010.

### 1.6.5 - SISTEMA DEMOGRÁFICO

De acordo com o Censo Demográfico 2010, Japi apresenta uma população de 5.522 habitantes, possuindo uma das menores populações do estado do Rio Grande do Norte, aspecto que dificulta bastante seu desenvolvimento. Sendo 4.107 (74,4%) na zona urbana e 1.415 (25,6%) na zona rural.

**TABELA 01**  
**POPULAÇÃO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA**

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	SEXO	
		M	F
0 - 10	1.112	571	541
11- 20	1.177	622	555
21- 60	2.623	1.321	1.302

61 OU MAIS	610	292	318
-	5.522	2.806	2.716

Fonte: IBGE/Censo - 2010

### 1.6.6 - SETORES ECONÔMICOS

- **SETOR PRIMÁRIO** – As atividades agropecuárias existentes no município de Japi são eminentemente de subsistência.

- **SETOR SEGUNDÁRIO** – Atividades industriais são: Olarias, Carvoarias, Padarias e Artesanatos.

- **SETOR TERCIÁRIO** – As atividades comerciais são ainda muito incipientes, não ocasionando, portanto geração de emprego e renda.

- Já o setor de turismo também é inexistente, assim como o de serviço.

### 1.7 - PRINCIPAIS FONTES DE ARRECAÇÃO DO MUNICÍPIO

- **FPM** – Fundo de Participação

- **ICMS** – Imposto Sobre Circulação De Mercadorias E Serviços

- **ISS** - Imposto Sobre Serviços

### 1.8 - SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE

TABELA 02

#### ESTABELECIMENTO DE SAÚDE POR TIPO E LOCALIZAÇÃO

LOCALIZAÇÃO	TOTAL	ESTABELECIMENTO DE SAÚDE
Rua Manoel Medeiros Filho, SN - Centro	1	UBS - Unidade Básica de Saúde
Rua Alto da Bela Vista, SN – Bairro Alto da Bela Vista	1	UBS - Unidade Básica de Saúde
Rua Manoel Medeiros Filho – Centro	1	Unidade Mista Toquarta Leopoldina da Costa
Rua João Martins do Nascimento – Centro	1	NASF – Núcleo de Atendimento Saúde da Família

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

### **1.8.1 – INFRA-ESTRUTURA DA SAÚDE**

O município de Japi dispõe de 01 Unidade Mista denominada Toquarta Leopoldina da Costa, localizada na Sede do Município, contando com os procedimentos de saúde básicos, mais 02 UBS - Unidade Básica de Saúde ainda localizadas na Zona Urbana e o NASF – Núcleo de Atendimento Saúde da Família.

### **1.8.2 - A Secretaria Municipal de Saúde conta o seguinte quadro:**

- 03 Equipes PSF;
- 15 Agentes Comunitários de Saúde;
- 02 Ambulâncias;
- 01 Laboratório de Análises Clínicas;
- 01 Farmácia Básica;
- 04 Consultórios Odontológicos;
- 03 Médicos (Clínico Geral);
- 03 Odontólogos;
- 02 Assistentes Sociais;
- 01 Bioquímico Farmacêutico;
- 06 Auxiliares de Enfermagem;
- 00 Parteiras;
- 12 ASG;
- 00 Técnico D;
- 01 Nutricionista;
- 01 Educadora Física;
- 01 Fisioterapeuta;
- 01 Psicólogo.

### **1.8.3 - Principais doenças detectadas:**

- \* Hipertensão Arterial;
- \* Diabetes; Desnutrição;
- \* Ira/Bronquite;
- \* Virose; Verminose;
- \* DTS/AIDS;
- \* Saúde Mental;
- \* Obesidade.

### **1.8.4 - A Sala de Imunização dispõe das seguintes vacinas:**

- \* BCG;
- \* Hepatite 'B';



- \* Rotavírus;
- \* Pneumocócica 13 Valente;
- \* Meningocócica C (Conjugada);
- \* Poliomielite;
- \* Hepatite 'A' Tríplice Viral;
- \* Dupla Adulto; DTPA;
- \* Febre Amarela;
- \* Raiva em cultura de células Vero;
- \* Tetra viral;
- \* Penta valente;
- \* Pólio Inativo;
- \* Tríplice Bacteriana;
- \* HPV.

#### **1.8.5 - Agentes de Vigilância em Saúde**

- \* 08 Agentes de Vigilância Ambiental;
- \* 02 Agentes de Vigilância Sanitária.

#### **1.9 – CULTURA**

Os principais eventos culturais festejados no município são:

- \* Festas Juninas;
- \* Festa da Padroeira;
- \* Festa de Emancipação Política.

#### **1.10 - LAZER**

O lazer está direcionado aos eventos culturais existentes no município.

#### **1.11 - SEGURANÇA**

A segurança na cidade de Japi faz parte do sistema estadual, assim sendo, atualmente existe uma delegacia com um delegado e quatro policiais.

#### **1.12 - ADMINISTRAÇÃO**

O Município de Japi é regido por lei.

O poder Legislativo é constituído pela Câmara Municipal, composta por 09 (nove) Vereadores. O poder Executivo é exercido pelo Prefeito eleito para um mandato de quatro anos.

No Município, a estrutura administrativa esta assim organizada:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Administração;

- Secretaria Municipal de Agricultura;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria de transportes, Obras e Serviços Urbanos;
- Secretaria de Meio Ambiente.

## 2 – ASPECTOS EDUCACIONAIS

**TABELA 03**  
**EVOLUÇÃO DO IDH - M**

MUNICÍPIO	IDH - M			EVOLUÇ ÃO 1991 A 2010	RENDA			EVOLUÇ ÃO 1991 A 2010	LONGEVIDADE			EVOLUÇ ÃO 1991 A 2010	EDUCAÇÃO			EVOLUÇÃ O 1991 A 2010
	1991	2000	2010		1991	2000	2010		1991	2000	2010		1991	2000	2010	
JAPI	0,301	0,395	0,569	0,268	0,389	0,380	0,528	0,139	0,547	0,689	0,726	0,179	0,128	0,236	0,480	0,352

### 2.1 - ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

O município de Japi no tocante as Instituições Educacionais conta com 3 (três) escolas na Rede Estadual, sendo 2 (duas) na zona urbana e 1 (uma) na zona rural; já na rede municipal conta com 15 (quinze) unidades escolares das quais 2 (duas) na zona urbana e 13 (treze) na zona rural, já em relação a rede privada conta com 1 (uma) escola de ensino infantil. Dentro dessa dependência administrativa da rede municipal, a Educação Infantil trabalha com 3 (três) unidades na zona urbana e 12 (doze) na zona rural.

Assim estão distribuídas as escolas no município de Japi.

**TABELA 04 - ESCOLAS ESTADUAIS - 2015**

Nº DE ORDEM	NOME DA ESCOLA/ENDEREÇO	LOCALIZAÇÃO	Nº DE PROFESSORES	Nº DE PROFISSIONAIS
01	E. E. Coronel Manoel Medeiros I	Rua Manoel Medeiros Filho, SN	02	09
02	E. E. Coronel Manoel Medeiros II	Rua Manoel Medeiros, 71	07	15
03	E.E. Severina Pontes de Medeiros	Rua Severina da Costa Belmonte, 39	08	15



04	E. E. Paulo Alípio de Pontes	Sítio Arisco	01	01
----	------------------------------	--------------	----	----

Obs: A Escola Estadual Manoel I apresenta um número reduzido de professores para atender a demanda escolar, que é de dez professores.

**TABELA 05 - ESCOLAS MUNICIPAIS – 2015**

<b>Nº DE ORDEM</b>	<b>NOME DA ESCOLA/ENDEREÇO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>Nº DE PROFESSORES</b>	<b>Nº DE PROFISSIONAIS</b>
01	E. M. José da Costa Medeiros	Rua José da Costa Medeiros, SN	16	17
02	E. M. Deputado José Marcílio Furtado	Rua Alto Bela Vista, SN	06	11
03	Creche Municipal Meninos Japienses	Rua Manoel Medeiros Filho, SN	13	09
04	E. M. Antero Alves Pereira	Sítio Samanau	01	02
05	E. M. Claudino Marques de Souza	Pedra Preta	01	01
06	E. M. Emilia Tavares de Souza	Sítio Jacu	01	01
07	E. M. Luzia Pontes Tavares	Sítio Assentamento Canoas	01	01
08	E. M. Manoel Gomes Bezerra	Sítio Barra do Japi	01	02
09	E. M. Emílio Garrastazu Medice	Sítio Barbaço	04	03
10	E. M. Antonio Henrique de Pontes	Sítio Salgado do Meio	01	01
11	E. M. Joaquim Simões	Sítio Malhada da Cruz	01	01
12	E. M. Claudiano Luis de Lima	Sítio Queimadas	04	03
13	E. M. José Ferreira de Araújo	Cassinhas	03	03
14	E. M. Josefa Tavares de Pontes	Sítio Canoas	01	01

15	E.M. José Confessor de Oliveira	Sítio Letreiro	01	01
----	---------------------------------	----------------	----	----

## 2.2 ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

### 2.2.1 -EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação Infantil teve um grande avanço com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e por meio do projeto casulo, iniciou seus convênios com as creches no ano de 1978.

As unidades casulo, como eram assim chamadas às instituições que estabeleciam convênios com a LBA através do Projeto Casulo, que atendiam crianças durante 04 a 08 horas diárias.

O objetivo desse projeto era atender as crianças de 0 a 6 anos de idade para prevenir sua marginalização, como proporcionar as mães tempo para trabalhar. A LDB foi extinta em 1995, quando a Secretaria de assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, assumiu alguns dos programas, ora antes das responsabilidades da LBA, iniciando assim a municipalização dos recursos destinados as instituições que mantinham convênios com a LBA.

Ainda em relação à oferta da educação Infantil, o município deverá oferecer uma educação de qualidade, onde, toda criança tenha direito ao acesso e permanência na escola com condições dignas para serem atendidas de 0 a 6 anos de idade. Para tanto, é fundamental o investimento financeiro que assegure a efetivação das políticas para este nível de ensino.

A Educação Infantil, antes compreendido como ação assistencial, atualmente passou por redefinições conceituais que oportunizam a criança a se relacionar com um universo social cada vez mais amplo e complexo, preparando-o para a convivência cívica inspirada em valores de equidade e solidariedade na construção de uma sociedade mais justa e fraterna que inclua cada vez mais as pessoas no acesso ao conhecimento, até porque a educação é direito de todos e um dever do Estado.

Dessa forma, o município de Japi/RN oferece em sua rede municipal escolas de Educação Infantil e/ ou escolas com atendimento simultâneo (ensino infantil e fundamental). Atualmente a Educação Infantil é considerada na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional – LDB (Lei Nº 9394/96) como etapa da Educação Básica.

Na Zona Rural, as turmas de educação Infantil funcionam em salas de escolas de Ensino fundamental. Nestas a estrutura física, o mobiliário e equipamentos necessitam de adaptação para um melhor atendimento às crianças e aos objetivos propostos.

Nos últimos cinco anos as matrículas da educação Infantil apresentaram a seguinte forma:

Segundo informações do Instituto nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, coletas em 2013, as condições de infraestrutura, materiais de equipamentos e acessibilidade nas escolas infantis do município de Japi/RN, são variáveis de localidade para localidade. A água via rede pública, água encanada, por exemplo, destina-se a apenas 50% destas instituições de ensino, as demais são abastecidas por meio de cisternas é o caso das situadas na zona rural.

Quanto à energia pública, ela está presente em todas as escolas infantis tanto as urbanas quanto as rurais do município de Japi/RN. Apesar disso, a cidade ainda não conta com saneamento básico, por



isso o esgoto via rede pública atende apenas 8% das instituições infantis. Já com relação à coleta do lixo, ela funciona de forma periódica no município atendendo a 50%, percentual referente à zona urbana.

Conforme dados do INEP em 013, todas as instalações da educação infantil possuem cozinha, as salas de diretoria funcionavam em 75% dos estabelecimentos; as salas dos professores funcionavam em 33% das escolas; 25% das instituições tinham biblioteca e todas as escolas possuem banheiro dentro do prédio, inclusive 17% das escolas possuíam sanitários acessíveis aos portadores de deficiência física e 33% dessas instituições tinham dependências acessíveis aos portadores de deficiência.

O desafio do Município é matricular todas as crianças de 04 a 05 anos, universalizar o atendimento, tendo em vista a obrigatoriedade das crianças frequentarem à escola nesta faixa etária e ampliar às crianças de 0 a 03 anos em pelo menos 50%. Oferecendo educação de qualidade para que a criança tenha direito ao acesso e permanência na escola.

A evolução das matrículas no período de 2010 a 2013 por rede e localização vem apresentando uma redução nas matrículas de creche e um considerável aumento nas matrículas de pré-escola, atingindo a Meta de 91% dos alunos matriculados, conforme tabela abaixo:

**TABELA 06 - MATRICULADA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Período	Dependência Administrativa	Creche		Pré escola	
		Matriculados	Taxa de matrícula	Matriculados	Taxa de matrícula
2013	Federal	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-
	Municipal	83	24%	204	91%
	Privada	-	-	-	-
Total					
População de 0 a 3 anos (342)			População de 4 e 5 anos(224)		
2012	Federal	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-
	Municipal	91	26.6%	160	71%
	Privada	-	-	-	-
Total					
População de 0 a 3 anos			População de 4 e 5 anos		
2011	Federal	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-
	Municipal	143	41.8%	112	50%
	Privada	-	-	-	-
Total					
População de 0 a 3 anos			População de 4 e 5 anos		

2010	Federal	-	-	-	-
	Estadual	-	-	-	-
	Municipal	153	44.7%	122	54%
	Privada	-	-	-	-
Total					

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

### NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

O número de Estabelecimentos que atendem a Educação Infantil é insuficiente para a demanda do município, principalmente do atendimento à creche. No tocante a pré-escola a Meta da Universalização já está cumprida em 2015.

**TABELA 07 –  
ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2013**

Dependência administrativa	Total	Zona urbana		Zona rural	
		Nº	%	Nº	%
Federal		-	-	-	-
Estadual		-	-	-	-
Municipal	03	03		12	
Privada	01	01		-	
Total	04	04		12	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A infra estrutura das Escolas Municipais passaram por considerável melhoria no tocante a reformas, conservação dos prédios e/ou mobiliários e equipamentos.

**TABELA 08 – INFRAESTRUTURA**

Recurso Disponível		
Serviço Disponível		%
• Água via rede pública		03
• Energia via rede pública		15
• Esgoto via rede pública		03
• Coleta de lixo periódica		03
Dependência		
• Biblioteca		-
• Cozinha		15
• Laboratório de Informática		01
• Laboratório de Ciências		-



• Quadra de esportes	-
• Sala para leitura	-
• Sala para diretoria	02
• Sala para os professores	-
• Sala para o atendimento especial	-
• Sanitário dentro do prédio da escola	15
• Sanitário fora do prédio da escola	01
<b>Equipamentos</b>	
• Aparelho de DVD	03
• Impressora	03
• Antena parabolica	01
<b>Tecnologia</b>	
• Internet banda larga	01
• Computadores uso dos alunos	01
• Computadores uso administrativo	03
<b>Acessibilidade</b>	
• Escolas com dependências acessíveis a portadores de deficiência	02*
• Escolas com sanitários acessíveis a portadores de deficiência	02*

Obs.: \* As escolas tem acessibilidade parcial.

A taxa de crianças que freqüentam as escolas no município de Japi na creche apresenta um número significativo em relação a demanda: 93 crianças são atendidas e 348 estão sem atendimento, considerando que a estrutura física não permite a ampliação do atendimento. Em relação à Pré-escola o município atende atualmente a toda demanda nas Creches e nas Escolas de Ensino Fundamental nas zonas urbana e rural.

**TABELA09 – CRIANÇAS QUE FREQUENTA E NÃO FREQUENTA A ESCOLA – CENSO IBGE 2010**

Situação	Total	0 a 3 anos		4 e 5 anos	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Freqüentam a escola	93	21	17	22	33
Não freqüentam a escola	348	149	145	30	24

Fonte: IBGE - Censo Demográfico



## 2.2. ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental compõem, juntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio, o que a Lei Federal nº 9.394/1994 – Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – nomeia como educação básica e que tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A LDB determina, ainda, que a educação dos alunos que apresentam necessidades especiais aconteça na rede regular de ensino. Assim sendo, os serviços de educação especial se inserem em diferentes níveis de formação escolar (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior) e na interatividade com as demais modalidades da educação escolar, favorecendo alunos e professores, dentro dos princípios da escola inclusiva, entendida como aquela que, além de acolher todas as crianças, garante uma dinâmica curricular que contemple mudar o caráter discriminatório de fazer pedagógico a partir das necessidades dos alunos.

Pela Lei de Diretrizes e Bases, os estados e municípios incumbem-se de definir formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, o que pode trazer grandes benefícios, pois ações conjuntas – bem planejadas, renovadas em seu espírito e reforçadas em seus meios – podem permitir uma recuperação do nosso sistema educativo.

A LDB confere a escola uma grande autonomia de organização e incentiva os Sistemas de Ensino a desenvolverem projetos que possibilitem a aceleração de estudos para os alunos com atraso escolar.

A Educação Escolar deve constituir-se em uma ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças, adolescentes e jovens durante um período contínuo e extensivo de tempo, diferindo de processos educativos que ocorrem em outras instâncias, como na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nos demais espaços de construção de conhecimentos, e valores para o convívio social. Assim sendo, deve ser evitada a abordagem simplista de encarar a “educação escolar como fator preponderante para as transformações sociais, mesmo reconhecendo-se sua importância na construção da democracia”.

Ao delinear o papel da instituição escolar não está se buscando uma uniformização dos estabelecimentos escolares, uma vez que cada escola tem sua história, suas peculiaridades e sua identidade. O objetivo é identificar os aspectos desejáveis e comuns a todas as escolas brasileiras responsáveis pela educação fundamental.

A permanência dos alunos na escola é hoje um dos grandes desafios a serem enfrentados na educação brasileira: órgãos governamentais, comunidades e equipes escolares. Embora as causas da não permanência sejam múltiplas, cabe enfatizar entre elas a falta de acolhimento dos alunos pela escola, uma vez que esse fator condiciona os demais.

A falta de acolhimento é originada pelo fato da escola não reconhecer a diversidade da população inserida nas escolas. O não reconhecimento da diversidade faz com que toda e qualquer situação que não esteja dentro de um padrão previsto seja tratada como problema do



aluno e não como desafio para a equipe escolar. Conseqüentemente a negação do enfrentamento leva os alunos ao fracasso escolar, como efeitos no plano moral, afetivo e social que em grande escala acompanharão esses indivíduos durante toda sua vida, podendo também redundar em exclusão social.

Contribuir para o processo de acolhimento dos alunos não é tarefa simples, pois envolve lidar com emoções, motivações, valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, suas responsabilidades e seus compromissos.

Grande parte do mau desempenho dos alunos, agravado pelos problemas da reprovação e da preparação insatisfatória, prévia e em serviços, dos professores, é devida a insuficiência de diálogos e metodologia de trabalhos diversificados na sala de aula, que permitam a expressão de níveis diferenciados de compreensão, de conhecimentos e valores éticos, políticos e estéticos. Através de múltiplas interações entre professores/alunos, alunos/alunos, alunos/livros, vídeos, materiais didáticos e mídia, desenvolvem-se ações inter e intra-subjetivas, que gera conhecimentos e valores transformadores e permanentes. Neste caso, a diretriz municipal proposta, prevê a sensibilização dos sistemas educacionais para reconhecer e acolher a riqueza da diversidade humana desta nação, valorizando o diálogo em suas múltiplas manifestações, como forma efetiva de educar, de ensinar e aprender com êxito, através dos sentidos e significados expressos pelas múltiplas vozes, nos ambientes escolares.

A luta em prol da democratização do acesso e permanência à escola tem encontrado no ensino fundamental o seu maior campo de dificuldades. Embora a Constituição brasileira preconize desde 1988, no seu artigo 32, a obrigatoriedade por parte do poder público em oferecer de forma gratuita o Ensino Fundamental aqueles que se encontram na faixa etária de 07 a 14 anos e também, aqueles que não tiveram acesso em idade própria.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei. nº 9.394/96) que em seu artigo 32 reafirma o artigo 208 da Constituição Federal quanto ao ensino fundamental, estabelecido como objetivo desta etapa da educação a formação básica do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender.

A escola pública é um dos lugares sociais em que ocorre a apropriação de saberes construídos, sistematizados e acumulados pela humanidade a partir de uma proposta de formação humana.

Durante a trajetória de escolarização, pressupõe que eles desenvolvam suas capacidades intelectuais, que aprendam a se socializar com os pares de maneira afetiva, ética e que se tornem sujeitos autônomos e críticos.

Um desafio que atualmente se coloca diante do nosso contexto é a necessidade de vencer a distorção idade/série, tão presente principalmente na rede estadual e municipal como resultante de um processo em que muitos estiveram ausentes da escola na idade própria aumentando quantitativamente a demanda.

A qualidade do ensino também vem sendo uma preocupação porque direta e intimamente na formação do cidadão. A realidade de um número significativo de professores leigos começou a ser superada inicialmente em 2005 com a vinda da Universidade do Vale do



Acará (UVA), uma formação docente em nível superior em pedagogia. Qualificação a qual, apesar dos desafios, melhorou significativamente o ensino ministrado pelos professores.

No que diz respeito às matrículas no Ensino Fundamental no Município de Japi é absorvida inteiramente pela Rede Pública.

**Tabela 10 – Matrículas por etapa do ensino fundamental – 2010 a 2013**

Período	Dependência Administrativa	Anos Iniciais		Anos Finais	
		Matriculados	Taxa de matrícula	Matriculados	Taxa de matrícula
2013	Federal	-	-	-	-
	Estadual	274	50%	297	57.5%
	Municipal	468	85.7%	120	23%
	Privada	-	-	-	-
Total					
População de 6 a 10 anos(546)			População de 11 e 14 anos(516)		
2012	Federal	-	-	-	-
	Estadual	244	44.6%	311	60%
	Municipal	516	94.5%	135	26%
	Privada	-	-	-	-
Total					
População de 6 a 10 anos(546)			População de 11 e 14 anos(516)		
2011	Federal	-	-	-	-
	Estadual	242	44%	387	75%
	Municipal	537	98%	131	25%
	Privada	-	-	-	-
Total					
População de 6 a 10 anos(546)			População de 11 e 14 anos(516)		
2010	Federal	-	-	-	-
	Estadual	219	40%	367	71%
	Municipal	567	100%	172	33%
	Privada	-	-	-	-
Total					

Fonte: INEP

Na tabela 10, gerada pelo INEP, com base nas informações do Censo Escolar 2013, é possível visualizar as Escolas Estaduais e Municipais que oferecem o Ensino Fundamental, por idade, localização, etapas e número de matrículas.

Observa-se na taxa de matrículas nos Anos Iniciais que as matrículas da Rede Estadual uma redução gradativa no número de alunos matriculados no período de 2010 a 2013. A Rede Municipal representa o maior quantitativo das matrículas nos Anos Iniciais, atingindo em 2013 94,50%, enquanto que a Rede Estadual chega a 44,6%. Em relação aos Anos Finais a Rede Estadual tem uma matrícula maior que a Rede Municipal (Ver tabela nº06)

Na tabela 11 – Fonte da Secretaria Municipal de Educação visualizou as escolas de Ensino Fundamental por dependência administrativa no ano de 2013.

O município de Japi/RN possui 15 escolas, sendo 2 na zona urbana e 13 na zona rural, incluindo as de Educação Infantil. Já a rede estadual conta com 3 escolas, sendo 2 na zona urbana e 1 na zona rural.

Atualmente a estrutura física do município precisa se ampliada para atender a demanda, assim como dar continuidade ao processo de reforma e ampliação das escolas existentes para um atendimento de melhor qualidade à clientela deste município.

**Tabela 11– Escolas do Ensino Fundamental por dependência administrativa – 2013**

Dependência administrativa	Total	Zona urbana		Zona rural	
		Nº	%	Nº	%
Federal					
Estadual	03	02		01	
Municipal	15	02		13	
Privada					
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>04</b>		<b>14</b>	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

**Tabela 12 – Escolas do Ensino Fundamental por dependência administrativa – 2013  
– Infraestrutura por dependência administrativa – 2013**

Recurso Disponível	
Serviço Disponível	%
• Água via rede pública	04
• Energia via rede pública	18
• Esgoto via rede pública	04
• Coleta de lixo periódica	04
Dependência	



• Biblioteca	01
• Cozinha	18
• Laboratório de Informática	02
• Laboratório de Ciências	01
• Quadra de esportes	-
• Sala para leitura	-
• Sala para diretoria	04
• Sala para os professores	-
• Sala para o atendimento especial	-
• Sanitário dentro do prédio da escola	18
• Sanitário fora do prédio da escola	01
<b>Equipamentos</b>	
• Aparelho de DVD	06
• Impressora	05
• Antena parabólica	03
<b>Tecnologia</b>	
• Internet banda larga	03
• Computadores uso dos alunos	02
• Computadores uso administrativo	05
<b>Acessibilidade</b>	
• Escolas com dependência acessíveis a portadores de deficiência	02*
• Escolas com sanitários acessíveis a portadores de deficiência	02*

Fonte: Secretaria das escolas

Obs.: \*Escolas com dependências parcialmente acessíveis.

Apesar de ser observada uma melhoria considerável na infraestrutura, ainda se faz necessário investimentos consideráveis para que a oferta sejam consideradas de qualidade, tanto no tocante ao espaço físico, quanto nos equipamentos, tecnologia e acessibilidade.

**TABELA 13 – CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTA E NÃO FREQUENTA A ESCOLA – CENSO IBGE 2010**

Situação	Total	6 a 10 anos		11 a 14 anos	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Frequêntam a escola	<b>1.043</b>	<b>225</b>	<b>180</b>	<b>327</b>	<b>311</b>



Não freqüentam a escola	24	04	09	-	11
-------------------------	----	----	----	---	----

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

### 2.3. ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio em nosso município é ofertado pela rede estadual através da Escola Estadual Severina Pontes de Medeiros, etapa final da Educação Básica e deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes sendo Jovens ou Adultos atendendo mediante diferentes formas de oferta e organização.

**TABELA 14 – NÚMERO E TAXA DE MATRÍCULAS POR ETAPA DE ENSINO MÉDIO – 2010 A 2013**

Período	Dependência Administrativa	Ensino Médio			
		Matriculados		Taxa de matrícula	
	Federal	-	-	-	-
	Estadual	-	248	71%	-
	Municipal	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-
<b>Total</b>					
<b>População de 15 a 17 anos (347)</b>					
2012	Federal	-	-	-	-
	Estadual	-	251	72%	-
	Municipal	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-
<b>Total</b>					
<b>População de 15 a 17 anos</b>					
2011	Federal	-	-	-	-
	Estadual	-	283	81.5%	-
	Municipal	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-
<b>Total</b>					
<b>População de 15 a 17 anos</b>					
	Federal	-	-	-	-
	Estadual	-	318	91.6%	-

2010	Municipal	-	-	-	-
	Privada	-	-	-	-
Total					

Fonte: INEP

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, concebida como um conjunto orgânico, seqüencial e articulado deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes sejam adolescentes, jovens ou adultos atendendo mediante diferentes formas de oferta e organização.

O Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, é dever do estado na sua oferta pública e gratuita a todos. As finalidades previstas são: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade as novas condições de ocupação ou a aperfeiçoamentos posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O Ensino Médio em nosso município é ofertado pela rede estadual de ensino através da Escola Estadual Severina Pontes de Medeiros, etapa final da Educação Básica e deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes sendo Jovens ou Adultos atendendo mediante diferentes formas de oferta e organização.

**TABELA 15 – ESCOLA ESTADUAL SEVERINA PONTES DE MEDEIROS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA 2013**

Dependência administrativa	Total	Zona urbana		Zona rural	
		Nº	%	Nº	%
Federal	-	-	-	-	-
Estadual	01	01			
Municipal	-	-	-	-	-
Privada	-	-	-	-	-
Total	01	01	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

**TABELA 16 – INFRAESTRUTURA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA ESTADUAL SEVERINA PONTES DE MEDEIROS – 2013**

Recurso disponível	
Serviço disponível	%



• Água via rede pública	01
• Energia via rede pública	01
• Esgoto via rede pública	01
• Coleta de lixo periódica	01
<b>Dependência</b>	
• Biblioteca	01
• Cozinha	01
• Laboratório de Informática	01
• Laboratório de Ciências	01
• Quadra de esportes	-
• Sala para leitura	-
• Sala para diretoria	01
• Sala para os professores	-
• Sala para o atendimento especial	-
• Sanitário dentro do prédio da escola	01
• Sanitário fora do prédio da escola	-
<b>Equipamentos</b>	
• Aparelho de DVD	01
• Impressora	01
• Antena parabólica	01
<b>Tecnologia</b>	
• Internet banda larga	01
• Computadores uso dos alunos	01
• Computadores uso administrativo	01
<b>Acessibilidade</b>	
• Escolas com dependência acessíveis a portadores de deficiência	01
• Escolas com sanitários acessíveis a portadores de deficiência	-

Fonte: Secretaria das escolas

Segundo o Censo Demográfico/2010, temos no município 53 jovens e adolescentes que não frequentam a escola, motivados pelas condições socioeconômica de sobrevivência e ou desmotivados por não acompanharem o currículo exigido pela escola. Isso demonstra a necessidade de políticas públicas que garantam a permanência do aluno na escola e seu êxito no percurso educativo na idade adequada.

**Tabela 17 – Crianças e adolescentes que freqüentam e não freqüentam a escola – Censo IBGE 2010**

Situação	Total	15 a 17 anos	
		Masculino	Feminino
Freqüentam a escola	337	196	141
Não frequentam a escola	53	31	22

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

#### **2.4. EDUCAÇÃO ESPECIAL**

De acordo com a ONU, pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. Quase 3500 pessoas têm algum tipo de deficiência: mental, intelectual, motora, física, visual ou auditiva, no município. Esse número corresponde a 37% da população. A constatação faz parte do Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População, religião e Pessoas com Deficiência, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o levantamento do Censo/2010, na rede municipal e estadual, o público alvo da educação especial é atendido nas classes regulares, sendo que não há atendimento registrado na Educação Infantil e pelo menos com laudos que detecte os tipos de deficiências.

No Ensino Fundamental e Médio, registram-se alunos com os seguintes tipos de deficiência: intelectual, auditiva e visual. Não há diagnóstico de alunos com altas habilidades e super dotação.

Aos professores são oferecidos cursos de capacitação tais como: jornada pedagógica, oficinas, orientação para as adaptações curriculares, metodologias e usos de materiais específicos, ainda que insignificantes para atender as necessidades dos profissionais.

**TABELA 18 – NÚMERO DE MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE PESSOAS COM ALGUM DOS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS INVESTIGADAS NO CENSO DO IBGE 2010.**



Período	Dependência	Total de matrículas	Educação Especial (Alunos de escolas Especiais, Classe especiais e Incluídos)							
			Creches	Pré-Escola	Anos		Médio	Ed. Prof	EJA	EJA
					Iniciais	Finais		N. Técnico	Fund	Médio
2010	Federal		-	-	-	-	-	-	-	-
	Estadual		-	-	2	3	3	-	-	-
	Municipal		-	-	2	1	-	-	-	-
	Privada		-	-	-	-	-	-	-	-
Total					8	4	3			

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

**TABELA 19 – POPULAÇÃO POR TIPOS DE DEFICIÊNCIA E LOCALIDADE – 2000 A 2010**

Tipo de deficiência	Urbano		Rural	
	2000	2010	2000	2010
Deficiência visual – Não consegue de modo algum	-	4	-	9
Deficiência visual – grande dificuldade	-	138	-	37
Deficiência visual - alguma dificuldade	544	616	275	159
Deficiência auditiva – Não consegue de modo algum	-	5	-	5
Deficiência auditiva – grande dificuldade	-	42	-	2
Deficiência auditiva - alguma dificuldade	150	178	66	53
Deficiência motora – Não consegue de modo algum	-	21	-	6
Deficiência motora – grande dificuldade	-	26	-	26
Deficiência motora - alguma dificuldade	159	183	67	31
Mental/intelectual	20	81	25	30
Nenhuma dessas deficiências	3.100	3.093	2.169	1.119
Sem declaração	-	0	21	-
<b>Total</b>	<b>3.973</b>	<b>4.387</b>	<b>2.623</b>	<b>1.477</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

**TABELA 20 – INFRAESTRUTURA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2013**

Recurso disponível	
Serviço disponível	%
• Água via rede pública	05
• Energia via rede pública	07
• Esgoto via rede pública	05
• Coleta de lixo periódica	05
Dependência	

• Biblioteca	01
• Cozinha	07
• Laboratório de Informática	02
• Laboratório de Ciências	-
• Quadra de esportes	-
• Sala para leitura	01
• Sala para diretoria	04
• Sala para os professores	-
• Sala para o atendimento especial	-
• Sanitário dentro do prédio da escola	07
• Sanitário fora do prédio da escola	-
<b>Equipamentos</b>	
• Aparelho de DVD	04
• Impressora	04
• Antena parabólica	04
<b>Tecnologia</b>	
• Internet banda larga	04
• Computadores uso dos alunos	01
• Computadores uso administrativo	04
<b>Acessibilidade</b>	
• Escolas com dependência acessíveis a portadores de deficiência	01
• Escolas com sanitários acessíveis a portadores de deficiência	02

Fonte: Secretaria das escolas

Observação: a acessibilidade existente no município é parcial.

Embora o Censo demográfico apresente os dados contidos na tabela 17, a rede estadual e municipal atende a todos os alunos especiais que procuram matrícula. Enfatiza-se a necessidade de uma investigação maior na busca ativa destas crianças.

**TABELA 21 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTA E NÃO FREQUENTA A ESCOLA – CENSO IBGE 2010**

Faixa etária	Período	Frequenciam a escola		Não frequentam a escola	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
0 a 3 anos	2000	-	-	-	-
	2010				
4 e 5 anos	2000	-	-	-	25
	2010				



6 a 10 anos	2000	12	17	09	08
	2010				
11 a 14 anos	2000	14	40	5	-
	2010				
15 a 19 anos	2000	14	23	19	-
	2010				

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

## 2.5 EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral, por definição quer dizer total, inteiro, global. É isso que se pretende com educação integral: desenvolver os alunos de forma completa, em sua totalidade. Muito mais do que o tempo em sala de aula, a educação integral reorganiza espaço e conteúdos.

A educação integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infra estrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partida e daquilo que for criado e construído em cada escola, com a participação dos educadores, educando e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso a educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem.

O Programa Mais Educação é uma estratégia do MEC para ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Para as escolas públicas e da rede estadual e municipal de ensino.

As escolas de ensino fundamental que fazem a adesão ao Programa Mais Educação de acordo com o projeto educativo em curso optam para desenvolver atividades presentes nos macro campos de acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção de saúde, comunicação e uso de mídias, investigação ao corpo das ciências da natureza e educação econômica.

As atividades complementares são de livre escolha pela escola e desenvolvidas pelo monitor de atividade complementar, profissional escolar em sala de aula responsável pelo desenvolvimento das atividades.

O Programa foi implementado no município no ano de 2012, em 04 (quatro) escolas da rede municipal e 02 (duas) da rede estadual de ensino.

**TABELA 22 – CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS ATÉ 8 ANOS DE IDADE – 2000 A 2010**

Período	Localização	Masculino			Feminino			Total Alfab
		Alfab	Nao alfab	% Alfab	Alfab	Nao alfab	% Alfab	

2000	Urbana	84	308		136	261		220
	Rural	-	-		-	-		-
2010	Urbana	35	122		28	120		63
	Rural	5	61		10	50		15

Fonte: IBGE- Censo Demográfico

A Educação brasileira, nesta última década, passou por transformações intensas, relativas, sobretudo, ao ingresso das crianças na Educação Básica. A entrada aos seis anos no Ensino Fundamental desafiou os educadores a definir mais claramente o que se espera da escola nos anos iniciais de escolarização. A divulgação pública dos resultados de avaliações em larga escala, como a prova Brasil e a ANA, provocaram os gestores a explicitarem, de modo mais objetivo, as estratégias para melhorar a aprendizagem dos discentes e, conseqüentemente, a qualidade do ensino.

O aumento de ofertas de formação continuada pelo ministério da Educação e secretarias de educação provocou a explicitação de diferente perspectiva acerca da alfabetização. Todos esses fatos impuseram, também, uma maior aproximação entre os professores da Educação Básica e os professores que atuam na formação inicial e continuada dos docentes, favorecendo uma reflexão e um fazer, sobre as realidades diversas das escolas brasileiras, na busca de estratégias mais palpáveis e que atendam às diversidades no contexto educacional e que os alunos possam adquirir autonomia de leitura, escrita e matemática e consolidem as habilidades básicas nos anos iniciais do ensino fundamental.

Percebe-se, que os discentes apresentam dificuldades no processo de aprendizagem, pois a maioria das crianças conclui sua escolarização sem estarem alfabetizadas. É possível realizar esse diagnóstico após a realização da Provinha Brasil e da ANA, onde resultados mostram que os alunos apresentam muitas dificuldades em leitura e escrita, encontrando-se no nível 03, no seu processo de alfabetização.

Na área de matemática, é possível perceber um resultado melhor, mas sente-se a necessidade de um estudo mais elevado para adquirir e aprimorar suas habilidades em qualquer situação do contexto social. Nas avaliações citadas anteriormente, os alunos encontram-se no nível 04.

Após a adesão, do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa que tem como objetivo primordial assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 08 anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. Os docentes mostram-se mais preocupados em amenizar essas dificuldades, através de inovações nas metodologias e nas ampliações da prática pedagógica.

**TABELA 23 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL**

REDE		Total de alunos atendidos
------	--	---------------------------



	Total de Instituições	2009	2010	2011	2012	2013
Rede municipal	04	-	-	-	512	479
Rede estadual	02	-	-	-	330	315
Rede privada	-	-	-	-	-	-
Rede Federal	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIMEC

**TABELA 24 – TAXA DE RENDIMENTO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPAS DE EDUCAÇÃO**

Dependência administrativa	Etapas	Aprovação		Reprovação		Abandono	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Federal	Anos iniciais	-	-	-	-	-	-
	Anos finais	-	-	-	-	-	-
	Ens Médio	-	-	-	-	-	-
Estadual	Anos iniciais	88,9	91,4	10,7	8,6	0,4	0,0
	Anos finais	79,7	-	9,8	-	10,5	-
	Ens Médio	78,5	-	0,4	-	21,1	-
Municipal	Anos iniciais	87,5	84,1	9,9	14,1	2,5	1,9
	Anos finais	60,0	-	25,2	-	14,8	-
	Ens Médio	-	-	-	-	-	-
Privada	Anos iniciais	-	-	-	-	-	-
	Anos finais	-	-	-	-	-	-

	Ens Médio	-	-	-	-	-	-
--	--------------	---	---	---	---	---	---

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/414-japi/taxas-rendimento>

### TAXAS DE ABANDONO

Segundo os dados do Inep/2013, a taxa de abandono nas escolas do município por etapa, assim está discriminada:

- Nos anos iniciais 0,5%;
- Nos anos finais 1,8%
- Ensino Médio 7,1%.

### DISTORÇÃO IDADE SÉRIE

A proporção de alunos nas escolas da educação básica de Japi/RN com atraso escolar de dois anos ou mais, apresenta os seguintes dados informados pelo Inep/2013, conforme tabela a seguir:

**TABELA 25 – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2010 – 2012**

Dependência administrativa	Etapas	2010		2011		2012		2013	
		Urban o	Rura l	Urban o	Rura l	Urban o	Rura l	Urban o	Rura l
Federal	Anos iniciais EF	-	-	-	-	-	-	-	-
	Anos finais EF	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ens Médio	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	Anos iniciais EF	16%	48%	18%	44%	15%	49%	16%	56%
	Anos finais	48%	-	48%	-	48%	-	50%	-
	Ens Médio	49%	-	46%	-	42%	-	38%	-



Municipal	Anos iniciais EF	29%	34%	28%	33%	25%	33%	28%	33%
	Anos finais EF	39%	-	56%	-	52%	-	60%	-
	Ens Médio	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	Anos iniciais EF	-	-	-	-	-	-	-	-
	Anos finais EF	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ens Médio	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/414-japi/taxas-rendimento>

**Tabela 26 – Taxa de distorção Idade-série por dependência administrativa e etapas da educação básica: 2010 – 2012**

Dependência administrativa	Etapas	Ens Fund Anos Iniciais		Ens Fund Anos Finais		Ensino Médio	
		2005	2011	2005	2011	2005	2011
		Federal	-	-	-	-	-
Estadual		18%		48%		46%	
Municipal			30%		56%	-	
Privada		-	-	-	-	-	-
Federal		-	-	-	-	-	-

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/414-japi/taxas-rendimento>

## 2.6 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Na educação de Jovens e Adultos percebe-se que há igualdade de condições em relação às demais etapas de modalidade da educação básica. Algo que tem sido de grande preocupação na rede municipal e estadual é o elevado índice de evasão escolar, principalmente no noturno e acredita-se que o que tem contribuído para isso é a falta de oportunidade de trabalho para esses jovens, levando-os a migrarem para outras cidades ou estados em busca de uma vaga no mercado de trabalho. Outro fator preponderante diz respeito a falta de motivação em dar continuidade a sua escolaridade.

Observando os dados contidos na tabela 22 e de acordo com o Censo/2010, constata-se que há um alto índice de pessoas analfabetas. Contudo, com a adesão ao Programa Brasil Alfabetizado e RN Caminhando nos anos de 2008 a 2011, houve uma considerável redução nesta realidade. Porém, vale ressaltar que o egresso desses jovens e adultos na EJA para a continuidade da escolarização foi bastante tímida. Percebe-se que há muito a ser feito para erradicar o analfabetismo em nosso município, principalmente, entre a população com idade de 25 a 29 anos.

**TABELA 27 - ALFABETIZAÇÃO 15 ANOS OU MAIS**

Ano = 2010			
Cor ou raça	Alfabetização	Situação do domicílio	
Total	Alfabetizadas	Total	2.187
		Urbana	1.682
		Rural	505
	Não alfabetizadas	Total	1.278
		Urbana	924
		Rural	354
Branca	Alfabetizadas	Total	763
		Urbana	591
		Rural	172
	Não alfabetizadas	Total	398
		Urbana	297
		Rural	101
Preta	Alfabetizadas	Total	20
		Urbana	18
		Rural	2
	Não alfabetizadas	Total	21
		Urbana	16
		Rural	5
Amarela	Alfabetizadas	Total	15
		Urbana	15
		Rural	-
	Não alfabetizadas	Total	8
		Urbana	7



		Rural	1
Parda	Alfabetizadas	Total	1.389
		Urbana	1.058
		Rural	331
	Não alfabetizadas	Total	851
		Urbana	604
		Rural	247
Indígena	Alfabetizadas	Total	-
		Urbana	-
		Rural	-
	Não alfabetizadas	Total	-
		Urbana	-
		Rural	-
Sem declaração	Alfabetizadas	Total	-
		Urbana	-
		Rural	-
	Não alfabetizadas	Total	-
		Urbana	-
		Rural	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

**TABELA 27.1**

Pessoas que freqüentavam creche ou escola, por situação do domicílio e rede de ensino, segundo o sexo, a cor ou raça, o curso que freqüentavam e os grupos de idade
Variável = Pessoas que freqüentavam escola ou creche (Percentual)
Rede de ensino = Total
Sexo = Total
Curso que freqüentavam = Alfabetização de jovens e adultos + Regular do ensino fundamental + Educação de jovens e adultos do ensino fundamental + Regular do ensino médio + Educação de jovens e adultos do ensino médio + Superior de graduação + Especialização de nível superior + Mestrado + Doutorado
Grupos de idade = 18 ou 19 anos + 20 a 24 anos + 25 a 29 anos
Ano = 2010

Município	Situação do domicílio	Cor ou raça	
Japi - RN	Total	Total	9,55
		Branca	2,92
		Preta	-
		Amarela	-
		Parda	6,64
		Indígena	-
		Sem declaração	-
	Urbana	Total	7,66
		Branca	2,48
		Preta	-
		Amarela	-
		Parda	5,18
		Indígena	-
		Sem declaração	-
	Rural	Total	1,89
		Branca	0,44
		Preta	-
		Amarela	-
		Parda	1,45
		Indígena	-
Sem declaração		-	

### 3. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A rede estadual de ensino possui 03 (três) escolas, sendo duas de Ensino Fundamental e 01(uma) de Ensino Médio, nas quais já ocorre a eleição direta para gestores. Em relação as escolas municipais, os gestores ainda são indicados, porém na Meta 19 deste PME está assegurada até o segundo ano de vigência a implantação da Gestão Democrática.

A gestão democrática é uma forma de gerir a instituição escolar de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Para assegurar a efetivação da gestão democrática, o município possibilita a participação da sociedade, através dos conselhos de acompanhamento e controle social, na gestão financeira dos recursos públicos recebidos pela educação: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE e Programa de Alimentação Escolar - PNAE. O Fundo de Manutenção e



desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação – FUNDEB, destina recursos que devem ser empregados exclusivamente em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE, particularmente na valorização do magistério.

A sociedade participa de todo processo de gestão dos recursos do Fundeb, acompanhando as etapas relacionadas a previsão orçamentária, distribuição, ampliação e comprovação do emprego desses recursos por intermédio da participação no conselho de acompanhamento e controle social do Fundeb, de criação obrigatória pelo município.

O CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica criado pela Lei Municipal nº 258/2010, é um colegiado formado por membros, com representações sociais variadas: poder executivo municipal, professores, diretores, servidores técnico-administrativos, pais, alunos, CME – Conselho Municipal de Educação e Conselho Tutelar.

O Conselho do FUNDEB atua também no acompanhamento da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, inclusive no recebimento, análise e emissão de parecer sobre as prestações de contas desse programa, encaminhando-as ao FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O acompanhamento da execução do PNAE é realizado pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE, órgão colegiado de caráter deliberativo e autônomo composto por representantes do poder executivo, das entidades civis organizadas de trabalhadores da educação, de discentes e de pais de alunos, com mandato de quatro anos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção as boas práticas sanitárias e de higiene. O CAE municipal foi criado pela Lei nº \_\_\_\_\_ e é de caráter obrigatório para o município.

O Conselho escolar é um colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade escolar com a função de gerir coletivamente a escolas. Com suporte na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9394/96 no art. 14, que trata dos princípios da Gestão Democrática no Inciso II – “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”, esses conselhos foram implementados para se ter na escola, uma gestão democrática.

Todas as escolas do município têm conselho escolar criado. Na zona rural os conselhos foram formados em sistema de consórcio, tendo como critério a proximidade das unidades escolares. Embora todas as escolas dispuserem de conselho escolar, algumas não funcionam satisfatoriamente.

O conselho escolar é de natureza deliberativa, consultiva, normativa e fiscalizadora, garantindo ampla participação da sociedade. No município 100% dos conselhos de acompanhamento e controle social contemplam a participação de pais, professores, alunos e funcionários.

Os diretores das escolas são escolhidos pelo chefe do poder executivo, e denominados como “cargos de confiança”. A experiência no magistério é um dos critérios utilizados nesta



indicação. O diretor na condição de nomeado pode ser substituído a qualquer momento, de acordo com o momento político e a convivência.

**TABELA 28 – GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES PÚBLICAS:**

Nº de instituições	Municipal	Estadual	Federal
Eleição Direta	-	3	-
Indicação/ Cargo comissionado	4	-	-

Fonte: Secretaria das escolas

O município de Japi/RN vem trabalhando arduamente para garantir aos jovens egressos da educação básica o direito e a oportunidade da continuidade dos estudos no ensino superior.

Para tanto, a escola de ensino médio têm um trabalho focado no incentivo para que os alunos concluintes se inscrevam para a prova do Enem, bem como nos demais certames da região, a fim de que ingressem no ensino superior. Obtendo por sua vez, a necessária qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho.

O novo PNE traz nas suas vinte metas, três que tratam especificamente da Educação Superior, que serão aqui analisadas com base no cenário atual do município, e nos desafios a serem enfrentados para se alcançar essas metas. Entre essas, e meta 12, propõe a elevação da taxa bruta de matrícula no Ensino Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta.

Nesse sentido, o município de Japi/RN, precisa nos próximos anos, buscar e firmar parcerias com as instituições que trabalham com o sistema de educação superior, exigindo assim a ampliação do financiamento e uma melhoria substancial, no atendimento dessa etapa de ensino. É preciso também analisar as áreas de conhecimento associadas a essa expansão de modo a responder as necessidades de desenvolvimento do município de acordo com suas necessidades educacionais e profissionais.

Essas análises mostraram que os desafios para a Educação Superior são expressivos e vão exigir um plano de articulação bem elaborado entre governos e instituições formadoras, para que estas metas possam ser efetivamente alcançadas.

(No que diz respeito aos profissionais de educação da rede municipal, o município apresenta um quadro de 67 (sessenta e sete) profissionais de educação, dos quais 54 possuem nível superior, entre estes 13 Treze), nível de pós graduação em Psicopedagogia pela FALC- Faculdade da Aldeia de Carapicuíba.

Vale ressaltar que o município tem 13 profissionais de educação em nível médio, sendo que, 10 (dez) destes profissionais por estar em final de carreira não expressam interesse de continuidade a sua escolarização e 03 (três) estão em processo de formação no curso de Pedagogia oferecido pela FALC- Faculdade da Aldeia de Carapicuíba.



TABELA 29 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Etapa	Rede de ensino	Quantidade de professores por nível de escolaridade						
		Ensino fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio com Magistério	Graduação	Pós-Graduação/Especialização	Mestrado	Doutorado
Educação Infantil	MUNICIPAL	-	-	10	-	14	-	-
	ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	MUNICIPAL	-	-	07	01	20	-	-
	ESTADUAL	-	-	02	02	01	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	MUNICIPAL	-	-	-	04	01	-	-
	ESTADUAL	-	-	01	06	04	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio Regular	MUNICIPAL	-	-	-	-	-	-	-
	ESTADUAL	-	-	01	06	04	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Médio Profissionalizante	MUNICIPAL	-	-	-	-	-	-	-
	ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-
Ensino superior	MUNICIPAL	-	-	-	-	-	-	-

	ESTADUAL	-	-	-	-	-	-	-
	FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-
	PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-

**TABELA 30 - CURSOS DE ENSINO SUPERIOR OFERECIDOS NO MUNICÍPIO:**  
Cursos de graduação presencial:

2012 Nome do curso	REDE			Nome da instituição	Nº de vagas oferecidas	Nº de matrículas	Nº de concluintes	Nº de professores
	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA					
Pedagogia	-	-	x	FALC- Faculdade da Aldeia de Carapicuíba	36	34	-	04
TOTAL:	-	-	01		36	34	-	04

Fonte: Secretaria das escolas

### FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O financiamento da educação do município tem tudo a ver com uma Educação de qualidade, pois dele depende os recursos que irão financiar o trabalho realizado com o aluno e nas escolas. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Instituído em 2007, principal fonte atual de financiamento da educação brasileira, que no mínimo 60% do seu valor devem ser utilizados para pagamento de salário de professores em exercício, enquanto o restante pode ser gasto em despesas realizadas na Educação Básica. Entre as despesas permitidas estão à aquisição, manutenção e funcionamento das instalações e equipamentos necessários ao ensino, o uso e manutenção de bens e serviços, a aquisição de material didático e transporte escolar.



Entretanto, importante saber que a utilização do recurso deve estar sempre diretamente atrelada à necessidade de uma instituição para atingir objetivos que visam o ensino e a atividade escolar. Outros recursos destinados a educação são provenientes do Fundo de Participação dos Municípios FPM – Fundo de Participação Municipal; temos também os programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O objetivo desses recursos é a melhoria da infra-estrutura física e pedagógica, e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Tais como o *Programa Dinheiro Direto na Escola* (PDDE) que consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais e municipais. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, com base no censo escolar do ano anterior ao do repasse de cada escola; PDDE Campo, que Promove ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas da rede municipal, localizadas no campo; PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que transfere recursos financeiros para o município para compra de gêneros alimentícios, garantindo, assim, a alimentação escolar dos alunos de Educação Infantil e do Ensino Fundamental; Programa Brasil Carinhoso, e Educação de jovens e adultos. Seus recursos são destinados a capacitação de alfabetizadores; PNATE (Programa Nacional de transporte Escolar), esse transfere recursos financeiros de caráter suplementar ao Município para serem gastos com o transporte escolar de alunos da educação básica pública da zona rural.

#### **TABELA 31 – PROGRAMAS/PROJETOS ADERIDOS PELO MUNICÍPIO**

PROGRAMA	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	FILANTRÓPICO/ ONG	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	ENSINO MÉDIO TÉCNICO E PROF.	EJA	EDUCAÇÃO DO CAMPO
PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	X	X	-	-	-	X	-	-	-	-
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-
PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	X	X	-	-	-	X	-	-	-	-
PROINFÂNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAÚDE NA ESCOLA	X	X	-	-	X	X	X	-	-	X
ATLETA NA ESCOLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROINFO	X	X	-	-	X	X	X	-	-	-





